

# País perde créditos oficiais

O Banco de Exportação e Importação do Japão (Eximbank) não tomou decisão isolada ao comunicar ao Ministério da Fazenda que, a partir de 31 de maio próximo, não renovará os créditos às importações brasileiras, caso o Brasil não defina uma política realista de ajuste da economia para retomar os entendimentos com os credores externos. O **CORREIO BRAZILIENSE** apurou ontem, no Ministério da Fazenda, que todas as fontes oficiais cortaram os créditos comerciais ao Brasil, com exceção da França. O Eximbank dos Estados Unidos suspendeu os financiamentos a importações brasileiras desde 1984 e, depois da moratória parcial de 20 de fevereiro último, rejeita qualquer proposta do Brasil de reabrir os créditos.

Os créditos oficiais foram o segmento mais atingido pela moratória de fevereiro. Em janeiro último, os credores oficiais acataram o pedido dos Es-

tados Unidos e assinaram o acordo global de reescalonamento da dívida brasileira junto a órgãos governamentais com vencimento de 1º de janeiro de 1985 a 30 de junho próximo, no total de US\$ 4,1 bilhões, e também concordaram em atender ao pleito do Brasil de estudar a concessão de novos financiamentos. Mas, segundo o **CORREIO BRAZILIENSE**, apurou, a decisão brasileira de decretar a moratória colocou o governo norte-americano em uma situação ridícula e deixou irritadas as autoridades financeiras de outros países-membros do Clube de Paris.

Por isso, o acordo de janeiro só entrou em vigor para a dívida do Brasil com a França. No caso dos demais países, o Brasil não conseguiu fechar os acordos bilaterais que colocam em vigor os termos do entendimento global com o Clube de Paris.

## EXIGÊNCIA

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse, on-

tem, aos parlamentares do PMDB que o governo exigirá dos credores internacionais que lhe seja concedida condições idênticas às concedidas ao México na renegociação da dívida externa. O governo, ressaltou, não pagará uma taxa de risco (spread) superior a 0,81%, a taxa que os banqueiros cobram do México. Atualmente, o Brasil paga uma taxa de risco de 2%.

Os parlamentares do PMDB foram ao Ministro, após a posse da nova comissão especial para a dívida externa, (ver pág. 14) para mais uma vez hipotecar-lhe apoio irrestrito diante dos rumores de que está para sair do Ministério da Fazenda em decorrência das pressões internas e externas. A saída de Funaro, segundo o deputado Irajá Rodrigues, atende aos interesses do sistema financeiro internacional. Se, argumenta, os banqueiros desejam sua saída é porque a política econômica que está colocando em prática não é ruim.